



N.º 16 | Dezembro 2008

[<http://www.almadan.publ.pt>]I **Sumário**II **Editorial** | Jorge Raposo**Arqueologia**III **Dois Bronzes de Entidades Tutelares** da cidade romana de *Bracara Augusta* | Rui MoraisIV **Escavações Arqueológicas no Quarteirão dos Antigos CTT (Braga):** resultados preliminares | Luís Fontes et al.V **A Necrópole Romana da Qt^a da Torrinhã / Qt^a de St^o António:** incursão ao universo funerário, paleodemográfico e morfométrico | Sandra Assis e Rui Pedro BarbosaVI **Levantamento Arqueológico do Concelho de Tábua** | Suzana Pombo dos SantosVII **Uma Primeira Leitura da Carta Arqueológica de Avis** | Ana RibeiroVIII **A Faiança Portuguesa nas Ilhas Britânicas:** um projecto de investigação | Tânia Manuel Casimiro**Opinião**XIV **A Relação entre o Parque Arqueológico do Vale do Côa e a População Local:** balanço da primeira década | António Batarda Fernandes et al.XV **O Papel da Bioantropologia:** violência interpessoal, ritual e guerra primitiva nos restos osteológicos humanos | Luís Faria e Eunice Gomes**Património**XVIII **Um Passeio Geológico na Almada Oitocentista** | José M. BrandãoXIX **Livros**XX **Notícias: eventos científicos**XXI **Notícias: actividade arqueológica**IX **A Faiança Portuguesa no Mosteiro de S. João de Tarouca:** metodologia e resultados preliminares | Luis Sebastian e Ana Sampaio e CastroX **Sepulturas Escavadas na Rocha do Monte do Biscaia** | Joana Valdez, Filipa Pinto e João NisaXI **Pertinência da análise bioantropológica em espólio osteológico humano descontextualizado: A Necrópole da Igreja Matriz de Montalvão** | António Matias e Cláudia CostaXII **A Muşalla do Hişn Tırruş / / Torrão:** uma hipótese de trabalho | António Rafael CarvalhoXIII **Os Sítios do Paleolítico Médio na Margem Esquerda do Estuário do Tejo** | Rui Miguel CorreiaXVI **A Ausência da Análise Etnográfica e Experimental** no estudo da cerâmica pré-histórica em Portugal | Gonçalo de Carvalho AmaroXVII **A Influência dos Modelos de Importação de Cerâmica Fina** nas produções madeirenses do século XVII | Élvio Duarte M. Sousa

al-madan IIª Série, n.º 16, Dezembro 2008

al-madan online / adenda electrónica

Propriedade

Centro de Arqueologia de Almada
Apartado 603 EC Pragal
2801-601 Almada PORTUGAL
Tel. / Fax 212 766 975

E-mail secretariado@caa.org.pt

Registo de imprensa 108998

[Http://www.almadan.publ.pt](http://www.almadan.publ.pt)

ISSN 0871-066X Depósito Legal 92457/95

Director Jorge Raposo (director.almadan@clix.pt)

Conselho Científico Amílcar Guerra, António Nabais,
Luís Raposo, Carlos Marques da Silva e Carlos Tavares da Silva

Redacção Rui Eduardo Botas, Ana Luísa Duarte,
Elisabete Gonçalves e Francisco Silva

Colunistas Mário Varela Gomes, Amílcar Guerra, Vítor Mestre,
Luís Raposo, António Manuel Silva e Carlos Marques da Silva

Colaboram na edição em papel Ass. Prof. Arqueólogos, Mila Abreu, Alexandrina Afonso, M.º José Almeida, Miguel Almeida, Clementino Amaro, Thierry Aubry, A. Martinho Baptista, Patrícia Bargão, Lília Basílio, José Bettencourt, Francisco Caramelo, Guilherme Cardoso, António Chéney, Com. Org. 1.º CPAE, Mónica Corga, Dalila Correia, Miguel Correia, Virgílio H. Correia, Eugénia Cunha, Lino T. Dias, Ana L. Duarte, José d'Encarnação, Carlos Fabião, Luís Faria, A. Batarda Fernandes, M.º Teresa Ferreira, António Fialho, Jorge Freire, Mauro Frola, Eunice A. Gomes, M. Varela Gomes, António Gonzalez, Raquel Granja, Amílcar Guerra, Martine Guindeira, Rosa Jardim, António Jerónimo, Patrícia Jorge, Miguel Lago, Alexandra C. Lima, Luís Luís, Isabel Luna, Ludovino Malhadas, Andrea Martins, Isabel Mateus, Simão Mateus, Henrique Mendes, Marta Mendes, Vítor Mestre, Mário Monteiro, Elena Moran, Nuno Neto, César Neves, M.º João Neves, José Norton, Luiz Oosterbeek, Rui Parreira, Rodrigo M. Pereira, João Pimenta, M.º João Pina, Filipe S. Pinto, J. Carlos Quaresma, Sara Ramos, Jorge Raposo, Luís Raposo, Paulo Rebelo, Aldina Regalo, Fabian Reicherdt, Anabela P. Sá, Jorge D. Sampaio, André T. Santos, Raquel Santos, António M. Silva, Carlos M. da Silva, André Teixeira e António C. Valera

Colaboram na Adenda Electrónica Elisa Albuquerque, Miguel Almeida, Gonçalo C. Amaro, Sandra Assis, Thierry Aubry, Rui P. Barbosa, Pedro Barros, Lília Basílio, Delfina Bazaréu, Cristina Vilas Boas, José Braga, José M. Brandão, António R. Carvalho, Com. Org. 1.º CPAE, J. Muralha Cardoso, Bárbara Carvalho, Tânia M. Casimiro, Ana Sampaio e Castro, Dalila Correia, Rui Miguel B. Correia, Cláudia Costa, Eugénia Cunha, Fernando Dias, José d'Encarnação, Luís Faria, A. Batarda Fernandes, M.º Teresa Ferreira, Luís Fontes, Eunice Gomes, Sérgio Gomes, Amílcar Guerra, Vítor O. Jorge, Ângela Junqueiro, M.º Fernanda Lourenço, Luís Luís, Fernanda Magalhães, Jaime J. Marques, Andrea Martins, Manuela Martins, António Matias, Samuel Melro, Marta Mendes, Rui Morais, César Neves, M.º João Neves, Lurdes Nieuwendam, Susana Nunes, Filipa Pinto, Pedro Pinto, João Nisa, Ana Ribeiro, Jorge Sampaio, Constança G. Santos, Raquel Santos, Susana P. Santos, Luís Sebastian, José Sendas, Francisco Silva, Elviro Duarte M. Sousa, Joana Valdez, Ana M. Vale e Gonçalo Leite Velho

Publicidade Elisabete Gonçalves**Apoio administrativo** Palmira Lourenço

Resumos Jorge Raposo (português), Luisa Pinho (inglês)
e Maria Isabel dos Santos (francês)

Modelo gráfico Vera Almeida e Jorge Raposo**Paginação electrónica** Jorge Raposo**Tratamento de imagem e ilustração** Jorge Raposo**Revisão** M.ª Graziela Duarte, Fernanda Lourenço e Sónia Tchissolle**Impressão** A Triunfadora, Artes Gráficas Ld.ª**Distribuição** CAA | <http://www.almadan.publ.pt>**Tiragem da edição em papel** 1000 exemplares**Periodicidade** Anual**Apoios** Câmara Municipal de Almada e Câmara Municipal do Seixal**FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia**

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Capa Jorge Raposo

Vale do Côa e Quinta da Ervamoira.

Fotografia © António Martinho Baptista / PAVC

Uma das consequências não despidiendas da extinção do Instituto Português de Arqueologia (IPA), cujas atribuições e competências foram remetidas para o actual Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), foi a redução do panorama editorial da Arqueologia portuguesa, com os responsáveis da tutela a entenderem “não prioritária” a manutenção da *Revista Portuguesa de Arqueologia* e da série monográfica *Trabalhos de Arqueologia*. Ambas haviam sido lançadas ou retomadas pelo IPA, com a primeira a registar 19 edições (duas por ano entre 1998 e 2006 e uma última em 2007) e a segunda a chegar ao número 50 (atingido com as quatro edições de 2007), materializando a aposta consequente no fomento da publicação científica, uma das atribuições cometidas a esse Instituto na respectiva Lei Orgânica. É verdade que documento equivalente também confere aos IGESPAR a missão de “*coordenar, no âmbito do Ministério da Cultura, a actividade de divulgação editorial e de promoção nas áreas do património cultural arquitectónico e arqueológico*”. Mas, assumidamente, o seu exercício não é prioridade... pelo menos no que respeita à RPA e aos TA.

Sucede isto numa altura em que se agravam as condições de sobrevivência para outros projectos editoriais de continuidade, sejam estes de natureza estritamente científica ou de âmbito mais geral, direccionados para a divulgação e promoção da cultura científica junto de públicos diversificados, enquanto instrumentos de mediação, partilha e sociabilização do conhecimento arqueológico e da sua interacção crescente com outras áreas do saber. Face ao alheamento da administração pública central, à situação vão resistindo, melhor ou pior, revistas e seriados produzidos em contexto universitário, com apoios da administração local ou resultantes de estratégias de afirmação empresarial. Porém, a resistência é mais difícil quando o suporte assenta em estruturas organizativas independentes e de recursos económicos e financeiros mais frágeis.

É o caso da *Al-Madan* e do Centro de Arqueologia de Almada, que se debatem com uma evidente contradição. Por um lado, é crescente o número de autores que procuram a revista como meio de divulgação dos seus trabalhos, quer na edição impressa quer na complementar *Al-Madan Online - Adenda Electrónica* (<http://www.almadan.publ.pt>). Por outro, avolumam-se os constrangimentos orçamentais decorrentes da subida dos custos de produção e da diminuição das receitas – reduzem-se as vendas, não porque a revista perca interesse junto dos potenciais leitores, mas porque crescem as dificuldades de distribuição, reduzem-se os postos de venda e aumenta o número dos que não pagam a tempo os materiais facturados; diminuem as receitas de publicidade porque a crise afecta as instituições potencialmente interessadas; por fim, com honrosa excepção dos municípios de Almada e do Seixal, diminuem também os apoios institucionais que vêm contribuindo para o equilíbrio sustentado do projecto.

Enfim... veremos o que o futuro nos reserva.

Jorge Raposo



A Relação entre o Parque Arqueológico do Vale do Côa e a População Local

balanço da primeira década

por António Pedro Batarda Fernandes, Marta Mendes, Luís Luís, Thierry Aubry, Jorge Sampaio, Rosa Jardim, Dalila Correia, Ângela Junqueiro, Delfina Bazaréu, Fernando Dias e Pedro Pinto

Parque Arqueológico do Vale do Côa.

Introdução

O Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC) comemorou em Agosto de 2008 o seu décimo segundo ano de existência. Devido ao ambiente controverso que esteve na génese do Parque, a sua relação com a comunidade local foi sempre algo problemática, como um dos autores ilustrou noutra ocasião (FERNANDES e PINTO 2006). Sendo que a polémica que rodeou a descoberta e preservação da arte rupestre do Côa e a criação do PAVC é ainda bastante recente, estando pois bastante fresca na mente dos leitores da *Al-Madan*, abster-nos-emos de historiar aqui todos os acontecimentos relacionados com o caso do Côa. Será suficiente referir que, em 1996, o governo português da altura, agindo fundamentado no parecer de vários peritos nacionais e estrangeiros, decidiu não construir a barragem da foz do Côa, criando o PAVC como estrutura responsável pela gestão, conservação e apresentação pública da arte rupestre do Côa e “sua” paisagem.

A, quanto a nós, judiciosa decisão do governo português foi plenamente ratificada quando a UNESCO, em 1998, decidiu incluir a Arte do Côa na exclusiva Lista do Património Mundial, no processo de classificação mais célere de sempre daquela organização (UNESCO 1999).

Existindo inúmeras referências na bibliografia respeitantes a este assunto, deixamos aos leitores que assim o desejarem artigos que poderão fornecer leituras mais aprofundadas sobre o tema (BAPTISTA e FERNANDES 2007; LIMA 2007; LUÍS 2000; ZILHÃO 1998). Estes, bem como outros artigos sobre o Parque e o Côa (arte, conservação, investigação do contexto arqueológico, etc.), estão disponíveis no sítio do PAVC na Internet, em www.ipa.min-cultura.pt/coa.

Mais do que examinar a forma como a relação entre o PAVC e a comunidade local evoluiu nesta última década, o nosso objectivo primordial é o de discutir aquilo que, a nível local e regional, se constituíram como resultados positivos directamente imputáveis à criação do PAVC. Algumas dos pontos fracos nesta relação, assim como esforços recentes para criar laços mais efectivos entre o Parque e a comunidade local, serão também discutidos.

1. Avaliação dos benefícios resultantes da criação do PAVC

Ao considerarmos a relação entre o Parque e a comunidade local, devemos sublinhar que a missão do PAVC, tal como foi legalmente consignada no seu

r e s u m o

Balanço da primeira década de funcionamento do Parque Arqueológico do Vale do Côa (Vila Nova de Foz Côa, Guarda), no que respeita à sua relação com as comunidades locais.

Incluída na Lista do Património Mundial desde 1999, a arte paleolítica do Côa justificou a criação de uma estrutura de gestão, de que se avaliam os resultados positivos e as insuficiências.

p a l a v r a s c h a v e

Arte rupestre; Vale do Côa; Gestão do Património; Sociedade.

a b s t r a c t

Account of the first decade of the Côa Valley Archaeological Park (Vila Nova de Foz Côa, Guarda) with regard to its relationship with local communities.

The Palaeolithic Art of the Côa Valley was recognised as World Heritage in 1999. This led to the creation of a management structure whose strengths and weaknesses are assessed by the author.

k e y w o r d s

Rupestrial art; Côa Valley; Heritage Management; Society.

r é s u m é

Bilan de la première décennie de fonctionnement du Parc Archéologique de la Vallée du Côa (Vila Nova de Foz Côa, Guarda), en ce qui concerne sa relation avec les communautés locales.

Inclus sur la Liste du Patrimoine Mondial depuis 1999, l'art paléolithique du Côa a justifié la création d'une structure de gestion, dont on évalue les résultats positifs et les insuffisances.

m o t s c l é s

Art rupestre; Vallée du Côa; Gestion du patrimoine; Société.

diploma de criação, consistia na gestão, protecção e apresentação pública dos sítios de arte rupestre do Vale do Côa (Decreto-Lei n.º 117/97, de 14 de Maio). A recente criação do IGESPAR revogou o Decreto-Lei acima referido, sendo que a actual formulação legal estabelece as responsabilidades de todos os serviços dependentes do novo organismo, nos quais o PAVC se inclui, da seguinte forma: “*recolher, investigar, salvaguardar, valorizar e colocar à fruição pública os testemunhos que, pela sua importância civilizacional, histórica, cultural, artística e estética, assumem particular relevância para a afirmação da identidade colectiva*” (n.º 2 do art.º 8.º do Decreto-Lei n.º 96/2007, de 29 de Março). Embora possam existir concepções diferentes sobre a forma de cumprir estes objectivos, a verdade inescapável é que o Parque é legalmente responsável pela sua persecução.

Contrariamente às recorrentes apreciações negativas que, de tempos a tempos, aparecem na imprensa, emitidas por toda a espécie de “fazedores de opinião”¹, cremos que a criação e existência do Parque traduziu-se em muitos resultados positivos para a comunidade local, para a região e, globalmente, para Portugal. Por outro lado, existe bastante enraizada, mesmo entre os arqueólogos nacionais², a convicção de que o “Côa falhou”. Esta será daquelas frases que por muito repetida passará a ser uma verdade insofismável. Mas, se verificarmos os pressupostos desta opinião, apercebemo-nos da sua injustiça para com o PAVC, pois muitas vezes confunde-se a implantação de políticas de desenvolvimento económico e social necessárias para alavancar uma região periférica e deprimida como o Alto Douro e Baixo Côa com a missão do Parque. Se bem que o Parque, na persecução da sua missão, pode dar um contributo muito importante para o sucesso de tais políticas, o seu mandato legal passa exclusivamente pelo acima enunciado. Assim, se à luz do anterior e mesmo do actual enunciado legal medirmos o sucesso do PAVC, verifica-se que de facto a arte está protegida, os sítios de arte rupestre são geridos de forma coerente e consequente, de forma a assegurar a sua preservação (no que à acção antrópica diz respeito), sendo demandados anualmente por milhares de visitantes (ver adiante). Um Programa de Conservação da arte rupestre foi criado para planear e implementar acções de conservação dos painéis gravados em condições mais frágeis (FERNANDES 2004). Mais, a investigação arqueológica, provou definitivamente a idade paleolítica dos gravados mais antigos, identificando ainda vários sítios de *habitat* da mesma cronologia (AUBRY e SAMPAIO 2008). Poderá dizer-se que falhou a divulgação, especialmente junto do grande público. A exibição (repetida) de vários documentários sobre o Côa na televisão estatal não foi suficiente. Assim como não terá sido suficiente a realização de muitas exposições, palestras ou conferências sobre o Côa em vários pontos do país e do estrangeiro.

“Contrariamente às recorrentes apreciações negativas que, de tempos a tempos, aparecem na imprensa, [...] a criação do Parque traduziu-se em muitos resultados positivos para a comunidade local, para a região e, globalmente, para Portugal.”

O facto de estarem disponíveis inúmeros artigos sobre a arte do Côa no sítio do PAVC na Internet também não ajudará muito. O cenário parece nem ter mudado com o aparecimento do blogue “Da Finitude do Tempo”³, onde António Martinho Baptista ilustra a importância maior da arte do Côa de uma forma didáctica e acessível. Mas será necessário, como sugeri um dos autores (Luís Luís) em mensagem à Archport⁴, recorrer à terapia de choque para obrigar as pessoas a ler e a ver, não para que se forme uma convicção única, mas a que, pelo menos, as suas opiniões sejam o melhor fundamentadas possível?

O nosso objectivo com este artigo não é, porém, rebater todas estas opiniões negativas, mas sim o de dar conta do que tem sido feito pelo PAVC no que se apelidou “o retorno social da Arqueologia”. Para além do mais, como neste domínio o julgamento sobre o Parque é de que também terá falhado na ligação com a comunidade local⁵, pretendemos descrever as estratégias implementadas, num clima social complexo, desde logo devido ao impacto da não construção da barragem na economia local, para reforçar os laços entre o Parque e a população da região. Cremos que estas estratégias estão a começar a dar frutos, contribuindo decisivamente para que a comunidade local comece a sentir as gravuras como suas. Ao mesmo tempo, a actividade do PAVC vem sendo encarada numa forma mais favorável, como algo que proporciona à comunidade local mais-valias económicas, sociais e culturais, quer na vida do dia-a-dia, quer no médio e longo prazo.

¹ Ver, para alguns exemplos mais antigos, FERNANDES (2003) e, como exemplos mais recentes, os artigos de opinião, que quase pareciam concertados, pois foram publicados com escassos dias de diferença tendo posições muito semelhantes, de Miguel Sousa Tavares (2008) e de Helena Matos (2008).

² Ver debate “A Arqueologia em Revista – Porto (Tema 3: debate)”, disponível em http://almadanblog.blogspot.com/2008/04/arqueologia-em-revista-porto-tema-3_16.html, especialmente os pontos 4 e 7. Por outro lado, ver série de mensagens à Archport no início do Verão de 2008 como, por exemplo, <http://ml.ci.uc.pt/mhonarchive/archport/msg03924.html> ou <http://ml.ci.uc.pt/mhonarchive/archport/msg03859.html>.

³ <http://dafinitudedotempo.blogspot.com/>.

⁴ <http://ml.ci.uc.pt/mhonarchive/archport/msg03887.html>.

⁵ Ver, a este propósito, de novo a nota 2.

“[...] as estratégias estão a começar a dar frutos, contribuindo decisivamente para que a comunidade local comece a sentir as gravuras como suas. Ao mesmo tempo, a actividade do PAVC vem sendo encarada [...] como algo que proporciona [...] mais-valias económicas, sociais e culturais, quer na vida do dia-a-dia, quer no médio e longo prazo.”

1.1. Benefícios Económicos

Para a economia local, a continuação da construção da barragem de Foz Côa significaria a injeção dum fluxo financeiro considerável, sobretudo na área de actividade dos serviços (restaurantes, locais de pernoita e comércio em geral), devido ao número elevado de trabalhadores que demandariam Foz Côa, provenientes de outras regiões do país para completar a construção da barragem. Contudo, este crescimento económico teria um carácter algo ilusório já que, após a conclusão da obra, praticamente todos estes trabalhadores abandonariam a área em busca de trabalho noutras zonas de Portugal, pois poucos naturais da região trabalhariam na construção da barragem. Para além do mais, a barragem já em funcionamento necessitaria apenas de poucos empregados, sendo ainda crível que, com a tendência de automatização de estruturas deste tipo, não fosse requerido qualquer trabalhador. A instituição do Parque permitiu a criação de 50 postos de trabalho (guardas dos núcleos de arte rupestre, guias, arqueólogos, pessoal administrativo, etc.), embora sejam, hoje em dia, 45 os funcionários e colaboradores do Parque.

A grande maioria dos profissionais contratados são indivíduos jovens provenientes da região. Juntamente com a autarquia local e o agrupamento escolar, o PAVC é um dos maiores empregadores locais na área de actividade dos serviços. Para um município como Foz Côa, localizado no interior português e com um número total de habitantes de cerca de 7000 indivíduos (INE 2001), os postos de trabalho criados pelo PAVC contribuem de facto para a economia local e para a fixação de residentes.

Com a criação do Parque assiste-se a um fluxo importante de turistas à região que, ao visitarem os núcleos de arte rupestre abertos ao público, vieram dar um contributo significativo ao desenvolvimento da economia local. Refira-se que até à abertura do Museu do Côa, prevista para 2009, não será possível, devido a questões de conservação da arte rupestre e do seu contexto paisagístico, mas sobretudo devido a questões logísticas, ter no PAVC mais do que 20, 25 mil visitantes por ano (LIMA 2007), sendo que em 2007 o número total de visitantes foi de 16 592. Contudo, os aproximadamente 180 000 turistas que demandaram o Parque nos últimos onze anos ⁶ têm e tiveram um impacto expressivo na economia local e regional. Com base no número total de visitantes dos últimos onze anos, é possível concluir que, em média, cerca de 45 visitantes demandam o Parque diariamente ⁷. Se levarmos em conta que os visitantes não locais terão de passar a noite e tomar as suas refeições em Foz Côa ou na região e provavelmente comprar alguma recordação, podemos tentar determinar o seu impacto na economia local e regional. Fazendo uma estimativa moderada, considerando que cada visitante despenderá a soma de 75 euros por cada dia passado em Foz Côa (30 em alimentação, 30 em alojamento e 15 em recordações), obtemos um valor entregue pelos visitantes à economia local por cada dia que o Parque está aberto de 3375 euros ⁸, anual de 1 046 250 euros ⁹ e total desde que o PAVC foi criado de 11 508 750 euros ¹⁰. Não sendo somas astronómicas, os valores acima referidos não são apenas contribuições marginais para a frágil economia local e regional. Mais, levando em consideração que o aumento do número de turistas que visitaram a região na última década motivou a melhoria da oferta turística existente (criação de restaurantes de qualidade, de uma albergaria, da Pousada da Juventude, de várias estruturas de turismo rural, lojas de recordações e de produtos regionais, empresas de actividades lúdicas destinadas ao turistas, etc.), apercebemo-nos que, além do investimento realizado, novos postos de trabalho foram também criados.

Na avaliação dos benefícios económicos não considerámos as somas despendidas pelos visitantes na aquisição do bilhete (actualmente sete euros por pessoa e por núcleo) que dá direito à visita guiada do PAVC aos três núcleos de arte rupestre abertos ao público, ou na aquisição de *merchandising* oficial do

⁶ De 12 de Agosto de 1996 até ao final de 2007, o número total de bilhetes emitidos pelo PAVC é de 182 500, na sua maioria pagos, embora verificando-se uma porção considerável de entradas gratuitas, nomeadamente as visitas escolares (dados fornecidos pelo Departamento de Contabilidade do PAVC).

⁷ Considerando que o PAVC está aberto 310 dias por ano, pois encerra às segundas-feiras e nos dias de Natal, Ano Novo e do Trabalhador. Não se consideraram os anos bissextos. A estimativa acima apresentada, que totalizaria cerca de 50 visitantes diários, foi subtraído proporcionalmente o número de visitantes residindo a menos de uma hora de viagem de Foz Côa, determinado em inquéritos aos visitantes já realizados (ver FERNANDES 2003), bem como os alunos integrados em visitas de escolas locais.

⁸ 45 visitantes x 75 euros.

⁹ 3375 euros x 310 dias de abertura anuais.

¹⁰ 1 046 250 euros x 11 anos.

Por se constituírem como uma estimativa, os valores apresentados podem não reflectir exactamente, quer por defeito quer por excesso, o contributo dos visitantes para a economia local.

Parque. Contudo, este valor contribuiu para manter o Parque em funcionamento, nomeadamente no que se refere ao pagamento dos salários dos seus 45 colaboradores e funcionários. Se consideramos que estas pessoas fazem a sua vida em Foz Côa (alugaram ou compraram residência, compram nas lojas locais, etc.), a sua contribuição para a economia local não será completamente negligenciável.

Deve-se ainda mencionar que desde a preservação das gravuras e criação do PAVC, a zona de Foz Côa tornou-se um destino privilegiado do chamado turismo científico. Assim, a realização de inúmeros congressos, seminários ou *workshops*, alguns de dimensão internacional ¹¹, em Vila Nova de Foz Côa contribui também, a vários níveis, para o desenvolvimento regional.

De qualquer modo, se os benefícios económicos não são despididos numa sociedade moderna, a modernidade dessa mesma sociedade mede-se sobretudo por benefícios de outro tipo, nomeadamente social ou cultural.

1.2. Benefícios sociais

De um modo geral, pode-se afirmar que o Património e a sua preservação contribuem para o reforço da coesão social, ao fornecer aos indivíduos de uma dada sociedade um sentido de pertença e identidade singular num mundo moderno global cada vez idêntico. Isto acontece quando se estabelece alguma espécie de afinidade com as características tangíveis ou intangíveis de castelos, palácios, conventos, mosteiros, aldeias medievais, ruínas de Época Romana ou, como no caso em apreço, gravuras rupestres pré-históricas. Será já um lugar comum dizer-se que sociedades sem memória não têm futuro, pelo que nos parece que o valor social e cultural (mas também económico) do Património terá sido já apreendido pela maioria da opinião pública nacional ¹².

No caso específico de Vila Nova de Foz Côa, as gravuras são já há algum tempo a marca da região, uma imagética e conceito que imediatamente identifica e classifica Foz Côa como o local onde em Portugal existe arte pré-histórica, mas também como destino turístico, como Património da Humanidade, como local de forte identidade própria ¹³. É significativo verificar que, por toda a cidade de Vila Nova de Foz Côa, encontramos imagens das gravuras e referências a conceitos relativos ao imaginário de arte rupestre. Exemplos são os logótipos de albergarias, nomes de restaurantes, a rotulagem e *branding* de vinhos da Adega Cooperativa local (ver Fig. 1), a imagem institucional da Câmara Municipal e da Escola Secundária e os cartazes turísticos de acolhimento aos visitantes. Mais do que motivadas apenas por razões puramente comerciais, estas associações com o imaginário de arte rupestre provam que uma parte influente da comunidade local – proprietários de pe-

quenas empresas; indivíduos com poder de decisão – se identifica com as gravuras e, mais significativamente, quer ser associada à arte rupestre. É significativo notar que a imagem de marca do concelho deixou de ser o javali Jabardolas (sendo agora o auroque da rocha 3 da Penascosa) e que o *slogan* municipal “Capital da Amendoeira em Flor” foi substituído pelo lema “Um concelho, dois patrimónios mundiais” (Arte do Côa e Douro Vinhateiro – ver Fig. 2).

1.3. Benefícios culturais

A criação do Parque contribuiu para um aumento significativo da oferta cultural existente na região, desde logo pela simples existência das visitas guiadas à arte rupestre do Vale do Côa, verdadeiro museu ribeirinho de arte ao ar livre. Para além do mais, muitas vezes em parceria com as autarquias locais, o Parque organiza exposições de arte, colóquios e vários *workshops* orientados para desenvolver competências locais, também no domínio cultural, tais como sejam cursos de gastronomia típica, de guias de arte rupestre e de outro Património local ou de Arqueologia experimental (ver também 3.6).

O Parque publica regularmente monografias sobre o Património global da região, assim como guias turísticos sobre a arte rupestre. Por outro lado, todos os artigos científicos elaborados por colaboradores do PAVC sobre temáticas relacionadas com a arte do Côa e publicados em diversas revistas nacionais e estrangeiras da especialidade, estão disponíveis em linha no sítio do Parque na Internet acima referenciado. A criação do PAVC foi também importante para aumentar a atenção das populações locais para as questões ligadas à preservação do Património cultural e também natural, mas sobretudo à sobrevivência de parte da chamada “cultura popular” – antigas tradições artesanais como os muros de “pedra seca” ou a cerâmica de Santa Comba.

Para além disto, o PAVC tem colaborado, desde o seu início, na organização de um conjunto de iniciativas culturais, como exposições de artes plásticas, de fotografia, em colaboração com o Centro Português de Fotografia, e em colaboração com o Museu do Douro. Por outro lado, organizaram-se também dois ciclos de “Clarinetes à volta do Côa” e uma apresentação do “Barbeiro de Sevilha” na aldeia da Muxagata. Com estas iniciativas, o PAVC procura, à sua medida, contribuir para o aumento da iniciativa cultural na região, bem como associar a arte do Côa a outras manifestações artísticas contemporâneas.

1.4. Benefícios para Portugal

Ao nível nacional, a preservação da arte do Côa e a criação do PAVC trouxe também alguns benefícios. Em primeiro lugar, devemos mencionar que a decisão sem precedentes de abandonar a construção

¹¹ Como exemplo, refira-se o último grande evento realizado, o HERITAGE 2008 (www.heritage2008.greenlines-institute.org), que em Maio de 2008 trouxe mais de 150 congressistas de diversos países durante uma semana a Vila Nova de Foz Côa.

¹² Sobre este assunto, talvez seja interessante citar o Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, que, em Fevereiro de 2008, numa iniciativa dedicada ao Património, declarou que “Portugal só será um País verdadeiramente moderno se for um País com memória” (SILVA 2008).

¹³ Na definição dessa identidade própria, a arte rupestre desempenha um papel central. É que barragens há muitas espalhadas pelo país fora; sítios de valor patrimonial reconhecidamente universal são menos abundantes...



← Figura 1

Publicidade da Adega Cooperativa de Vila Nova de Foz Côa aos seus vinhos "Gravuras do Côa", "Vale Sagrado", "Arte do Côa" e "Paleolítico", recorrendo à imagética de arte rupestre do Côa.



↑ Figura 2

Actual imagem institucional da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, como figura no seu portal na Internet, aberto precisamente na página em que é referido o Parque Arqueológico do Vale do Côa (<http://www.cm-fozcoa.pt/turismo/Paginas/parquearqueologicodovalecoea.aspx>). De notar a conjugação harmoniosa e graficamente bem conseguida de imagens dos dois Patrimónios Mundiais que o concelho possui.

© Câmara Municipal de V. N. Foz Côa.

de um grande e dispendioso investimento como a barragem gerou grande reconhecimento internacional. Este reconhecimento resultou (também) na inscrição do Vale do Côa na Lista do Património Mundial, até ao momento o único sítio arqueológico português merecedor de tal distinção. Hoje em dia, o Côa constitui-se como um importante ponto de referência no mundo da Arqueologia e um centro de investigação procurado por especialistas internacionais pela sua arte rupestre, pela sua gestão, protecção e conservação. Embora poucos disso se apercebam em Portugal, o Vale do Côa constitui-se como um importante caso de estudo para todas as disciplinas acima referidas. A exposição internacional favorável resultante da decisão de preservar a arte rupestre também contribuiu para elevar o perfil internacional de Portugal, com evidentes benefícios para a indústria turística nacional. As actividades de investigação levadas a cabo pelo PAVC aprofundaram ainda o nosso conhecimento sobre a Pré-História portuguesa e europeia bem como, de uma forma mais geral, sobre a própria evolução humana.

Por outro lado, a batalha do Côa despoletou uma reorganização importante da Arqueologia em Portugal, que alterou radicalmente o modo como a disciplina era entendida pelos poderes públicos e pela sociedade em geral. A Arqueologia é agora vista como um parceiro contributivo no que à gestão do território diz respeito, participando, em pé de igualdade com outras disciplinas decisivas, nos processos de impacte ambiental das grandes obras públicas ou, em mais pequena escala, na gestão territorial realizada pelas autarquias.

2. Pontos fracos na relação entre o PAVC e a comunidade local

Em primeiro lugar, temos de considerar que, como resultado directo da atmosfera de controvérsia na qual o PAVC foi criado, existia algum ressentimento e mesmo animosidade relativamente ao Parque por parte da população local, o que é perfeitamente compreensível se situado no seu devido contexto. Vila Nova de Foz Côa localiza-se numa das áreas menos desenvolvidas do interior português. Como será razoável afirmar, as zonas interiores de Portugal vêm sendo, há já vários séculos, negligenciadas pelos sucessivos governos e regimes da nação, acantonados que estão em Lisboa, junto ao mar. Quando, finalmente, a comunidade local estava a assistir a um influxo económico imediato e avultado devido à construção da barragem, testemunhando assim o desenvolvimento (momentâneo mas em concreto; ver 1.1) da região, a descoberta da arte rupestre e subsequente ameaça de não edificação da barragem foram sentidas como um golpe devastador. No seguimento da decisão de preservar a arte rupestre *in situ* e de criar o Parque, a comunidade local, mesmo que de forma algo inconsciente, encarou o PAVC como sendo este o substituto directo da barragem.

Isto é, considerava-se que o desenvolvimento económico que resultaria da construção da barragem deveria ser agora gerado, e no mais curto espaço de tempo possível, pela actividade do PAVC. Como foi acima referido, a missão principal do PAVC não era de natureza puramente económica, sendo portanto impossível ao Parque assumir isoladamente esse papel.

Para além deste ambiente de controvérsia, outro dos factores que contribuiu para a atmosfera de desconfiança de parte da população local em relação ao PAVC foi a criação duma agência governamental de desenvolvimento regional, o PROCÔA, instalado no mesmo edifício em que a sede do Parque foi acomodada e ao mesmo tempo em que este foi criado. Embora fossem duas instituições completamente distintas e com missões diferentes, o PROCÔA e o PAVC eram vistos pela população como sendo a mesma entidade. Como um dos autores já referiu noutra ocasião (FERNANDES 2003), o PROCÔA foi uma agência que desde o início se encontrou sem os fundos suficientes para dar apoio aos inúmeros projectos que a comunidade local e várias entidades regionais pretendiam levar a cabo. Esta foi uma situação que obviamente defraudou expectativas locais, complicando ainda mais a relação entre o PAVC e a toda comunidade, em virtude do carácter ambíguo, aos olhos da população local, das duas instituições.

Há ainda que reconhecer que existiram, logo desde o início, problemas de comunicação entre o Parque e a comunidade local, motivados principalmente por diferentes expectativas e concepções sobre a arte rupestre, sua gestão e apresentação pública. Se, ainda como resultado da controvérsia “Barraagem *versus* Preservação”, a comunidade local esperava ter benefícios mais tangíveis (económicos sobretudo) da existência do PAVC, também pretendia que o Parque tivesse um outro papel no aumento da oferta turística da região. Enquanto que, para o PAVC, um sistema de visita pública equilibrado era vital para assegurar a existência continuada da arte rupestre no seu contexto paisagístico significativo, uma maioria relevante da comunidade e actores locais qualificou o sistema de visita em vigor como demasiado restritivo, não satisfazendo assim as necessidades de desenvolvimento turísticas e económicas da região. Um das propostas de reformulação do sistema de visita passaria pelo “sacrifício” de pelo menos um dos núcleos de arte rupestre já visitáveis, ou seja, pela sua abertura ao público sem qualquer restrição. Na opinião dos autores, o PAVC deverá considerar muito cautelosamente qualquer reformulação do sistema de visita, de forma a não pôr em causa a conservação e autenticidade de valores culturais classificados com Património Mundial ¹⁴.

No que respeita ao sistema de visita restritivo em vigor (com um máximo de 130 visitantes diários), talvez seja apropriado mencionar aqui que este foi classificado muito favoravelmente pelos próprios visitantes do Parque. Resultados de um inquérito (não publicado) realizado em 2007 junto de uma amostra significativa dos visitantes do PAVC e coordenado por dois dos autores (FERNANDES e JUNQUEIRO), reforçaram as principais conclusões de inquéritos prévios (FERNANDES 2003, LIMA e REIS 2001), mostrando que a experiência de visita oferecida pelo PAVC tem

uma taxa de aprovação total à volta de 90% por parte dos visitantes inquiridos. Cerca de 95% dos mesmos visitantes também recomendariam a visita ao PAVC a amigos e familiares.

Numa primeira fase, a resposta do Parque foi a de tentar ignorar o ambiente de controvérsia, tentando assim deixar que o tempo ajudasse a fazer desaparecer a animosidade latente que existiu logo após a sua criação. Ao mesmo tempo, esperou-se que os primeiros resultados da estratégia implementada de preservação da arte rupestre, mas também de desenvolvimento sustentando, se tornassem palpáveis junto da comunidade local (ver FERNANDES 2005).

Assim, nos primeiros anos de existência do PAVC, o diálogo entre este e a comunidade, nomeadamente com as autoridades locais como a autarquia, encontrava-se minado à partida pelas divergências e o ambiente de controvérsia que acima descrevemos, sendo, na maioria das ocasiões, bastante improdutivo. Ao adoptar uma posição muitas vezes descrita como arrogante pela comunidade local, esta reagia ao PAVC com alguma hostilidade, vendo os seus dirigentes e técnicos como intelectuais metedidos e vindos das grandes cidades para a província ¹⁵, onde pretendiam ensinar à população Fozcoense como esta deveria viver a sua vida. O que de facto se passou é que, devido ao contexto da sua descoberta, a arte do Vale do Côa não foi valorizada pelos habitantes locais. A arte rupestre, fosse a paleolítica ou a produzida por moleiros ainda vivos, não era percebida como um elemento identitário da população local. Era negligenciável face a um bem maior, uma grande obra pública. Foi maioritariamente por acção de um grupo externo, os arqueólogos dos grandes centros, que este Património foi sentido como factor de identidade social (LUÍS e GARCÍA DíEZ 2008).

De qualquer modo, e talvez em linha com a avaliação positiva do sistema de visita acima referida, o facto é que os últimos anos testemunharam uma mudança significativa na forma como o PAVC é encarado pela comunidade local, nomeadamente no que se refere ao seu papel na gestão dos sítios de arte rupestre, devida, em grande medida, à lenta mas consolidada percepção dos benefícios que resultaram da criação do PAVC que acima enunciámos. Se, por um lado, é expectável que noções de gestão sustentável do Património terão já começado a ser assimiladas por uma parte significativa da comunidade local, parece-nos contudo mais relevante ter a população finalmente testemunhado o início das obras do Museu do Côa (ver Fig. 3), previsto já desde a candidatura do Côa a Património Mundial. O Museu vai aumentar significativamente a capacidade de oferta turística da região, tendo sido pensado para permitir aos visitantes uma introdução à arte rupestre do Vale do Côa, nomeadamente com a exibição de réplicas de painéis gravados, uma vez que os núcleos visitáveis deverão continuar a operar com o sistema restritivo

¹⁴ Para uma discussão aprofundada das questões relacionadas com o sistema de visita em vigor no PAVC ver FERNANDES (2003) e LIMA (2007).

¹⁵ Chegando mesmo a ser descritos, num artigo publicado no jornal local *O Fozcoense* esclarecedoramente intitulado “Para Quando um Processo de Descolonização do Vale do Côa?”, como “aves de arribação” (MARÇAL 2004: 19).



de visita em vigor, embora com alguns ajustamentos. Assim, será possível aumentar o número de visitantes que demandam a região para contemplar as gravuras, sem fazer perigar a preservação do Património não renovável de arte rupestre. Espera-se ainda que o Museu seja uma âncora importante para o desenvolvimento da região, ao gerar dinâmicas sócio-económicas potenciadoras dos recursos existentes.

3. Esforços recentes no aprofundamento da relação com a comunidade local

As actividades implementadas recentemente assemelham em três linhas de acção principais: (1) melhorar a relação entre o Parque e outros serviços públicos da região; (2) entre o Parque e a comunidade local; (3) estabelecer uma sólida ligação entre o Parque e as escolas locais. A lista seguinte das actividades levadas a cabo foi extraída dos relatórios anuais de actividade do PAVC, de 2005 a 2007. Embora tenhamos optado por apresentar estas actividades separadamente, muitas foram organizadas e realizadas graças à colaboração de várias entidades. Consequentemente, os exemplos fornecidos são os mais elucidativos das actividades realizadas com a colaboração principal das instituições enunciadas em cada cabeçalho.

3.1. Colaboração com outras instituições públicas locais e regionais

Vários acordos e protocolos de colaboração foram estabelecidos com instituições públicas locais e regionais, tais como os serviços do Ministério da Agricultura, com a delegação do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), ou com as delegações regionais do antigo IPPAR de Castelo Branco e do Porto. Exemplos das acções realizadas incluem a recuperação do Património construído, a criação da rota de arte rupestre da Beira Interior, realização de cursos de formação (ver 3.6) ou a criação de plataformas de gestão integrada do território do PAVC.

3.2. Colaboração com as autarquias locais

As parcerias com as autarquias locais, das quais a Câmara de Vila Nova de Foz Côa foi a mais participativa, envolveram a realização de inúmeras actividades e eventos, dos quais enumeraremos apenas alguns. Relevantes conferências científicas foram organizadas. *Ateliês* de Arqueologia experimental foram realizados em várias localidades (ver 3.7.3 e Fig. 4). Sessões de esclarecimento tendo como alvo a população local sobre temáticas relacionadas com a gestão e preservação do património global do Vale do

↑ Figura 3

Imagem recolhida em Janeiro de 2007, aquando da cerimónia de lançamento da primeira pedra do Museu do Côa, onde se observa o panorama que será possível desfrutar a partir do edifício.

© Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.



Figura 4 ↑

Uma das autoras (D. Bazaréu) exemplifica a produção de utensílios líticos perante uma plateia de alunos do 1º Ciclo de Ensino, durante a realização de um *Atelier de Arqueologia Experimental* na cidade da Guarda.

Côa foram efectuadas. Estas foram estruturadas de forma a possibilitar amplo debate, permitindo assim que as opiniões da comunidade local fossem levadas em consideração no planeamento e implementação das políticas do PAVC. Inúmeras apresentações, exposições de arte ou concertos de música foram também realizados na região. O Parque auxiliou ainda as administrações autárquicas na preparação de intervenções de conservação e requalificação de monumentos locais, tais como igrejas e seu espólio, pelourinhos ou aldeias de arquitectura tradicional.

3.3. Colaboração com associações não governamentais e privados

Para além da colaboração activa com instituições públicas, o Parque também se envolveu em parcerias com o sector privado e Organizações Não Governamentais (ONG) locais. Protocolos foram estabelecidos com operadores turísticos locais, de modo a permitir que estes pudessem igualmente, além do PAVC, organizar e realizar visitas regulamentadas aos núcleos de arte rupestre abertos ao público. Vários protocolos foram assinados com a associação de defesa ambiental “Transumância e Natureza”, destinados a desenvolver um plano de gestão do Património natural do Vale do Côa, a prevenir e melhor combater os incêndios estivais, e também a manter os sítios de arte rupestre limpos de mato e sujidade. Foram ainda assinados protocolos com associações de defesa do Património, com o objectivo de aumentar a divulgação do Vale do Côa, nomeadamente através da preparação de guias turísticos, dando especial ênfase aos valores culturais da região. O Parque colaborou ainda com associações locais de caça e pesca, na definição das regras mais apropriadas para que estas actividades tenham um impacte reduzido no ambiente e paisagem arqueológica do Vale,

nomeadamente no âmbito da criação de uma Concessão de Pesca Desportiva no Douro e Côa.

Foi também possível participar na organização de vários eventos culturais de expressão regional, nacional e mesmo internacional, em parceria com diversas ONG. A mais relevante terá sido a IV Bienal Internacional de Gravura do Douro, com sede no concelho de Alijó, mas que na última edição teve uma extensão em Vila Nova de Foz Côa, com uma exposição na sede do PAVC, além duma outra mostra exclusivamente dedicada à arte gravada do Côa. Para além de inúmeros artistas internacionais, esta bienal juntou exposições de Paula Rego, um dos maiores nomes da actual pintura e gravura europeia, com os anónimos paleolíticos. Outras parcerias com associações como a Associação para a Promoção da Arte e Cultura do Vale do Côa e Douro Superior (APDARC), a

LuzLinar ou a Fundação Martins Sarmiento permitiram organizar outras exposições, *workshops* e eventos que aumentaram a divulgação da arte do Côa em todo o País. Será também interessante referir o projecto musical Chukas. Este colectivo, que pretende recriar música de tempos paleolíticos, verá a edição do seu primeiro CD viabilizada pelo PAVC.

3.4. Organização de visitas para residentes locais

Foram criadas visitas especiais organizadas por área de actividade, tendo como objectivo reforçar a ligação da comunidade local com as gravuras. Assim, foram organizadas visitas especiais para os donos, gerentes e empregados dos restaurantes locais, para os donos e gerentes da oferta hoteleira da região, para os produtores de vinho e azeite, para os pescadores e caçadores do clube de caça e pesca local, e assim por diante. As visitas de entrada livre para toda a população serão referidas no ponto seguinte, sendo que as visitas e actividades escolares serão descritas no ponto 3.7.

3.5. Organização de actividades que assinalam datas significativas para o PAVC

Nas datas mais relevantes para o PAVC, mormente a da sua criação e a da inscrição da arte do Côa na Lista do Património Mundial, são criados programas comemorativos para fomentar a participação dinâmica de visitantes e de residentes locais na vida do Parque. Assim, para além de visitas gratuitas à arte rupestre, nomeadamente a visita nocturna ao sítio da Penascosa, tais eventos incluem actividades como exposições de arte, concertos, exhibições de documentários e prelecções sobre a arte do Côa, provas de vinho e de gastronomia local ou a recriação de uma ceia paleolítica.

3.6. Formação de competências específicas

De forma a ir de encontro à procura local de profissionais em áreas específicas, nomeadamente no sector turístico, vários cursos de formação foram organizados em parcerias com a delegação regional do IEFP e com a empresa de formação de recursos humanos Setepés.

Entre os cursos organizados, destacamos a formação de novos guias de arte rupestre e do Património regional, o primeiro curso de formação realizado em Portugal de Técnicas de Arqueologia Experimental, o curso de olaria tradicional, o curso de empreendedorismo cultural, ou o curso de *gourmets* locais. Estes cursos têm como alvo jovens adultos, visando assim, para além de fornecer trabalhadores especializados à indústria turística local, proporcionar competências que possam levar à criação do próprio emprego.

3.7. Desenvolvimento dos serviços educativos do PAVC

Apesar de vir sendo desenvolvido há já vários anos, foi apenas mais recentemente que o programa educativo do PAVC conseguiu uma ligação mais sólida com as instituições escolares locais e regionais. Gradualmente, as acções desenvolvidas pelos serviços educativos do Parque, tendo como alvo a comunidade escolar, foram incorporadas nas actividades curriculares programadas pelas escolas. Esta maior recepção das escolas é ilustrada pelo facto de no ano escolar de 2004-2005, imediatamente antes do primeiro Plano de Acção Educativa ter sido implementado, apenas 971 estudantes terem visitado o PAVC integrados em visitas escolares. No ano seguinte, as estratégias de atracção delineadas pelo Plano Educativo conseguiram triplicar o número de estudantes (para um total de 2863) que, integrados em actividades curriculares, visitaram o Parque (MENDES 2008) ¹⁶. A natureza flexível do programa educativo será talvez uma das suas características mais importantes e que ajudará a explicar o seu sucesso. As actividades abaixo descritas podem ser adaptadas às necessidades específicas de diferentes instituições escolares, podendo ainda, com a óbvia excepção de actividades que envolvam visita aos sítios de arte rupestre, decorrer nas mais diversas localizações (ver Fig. 5).

O sucesso de um programa educativo participativo e dinâmico é essencial para o futuro do Parque, pois assegurará que as gerações futuras continuarão



a preservar e proteger os valores patrimoniais do Vale do Côa, já que desde os seus tempos de escola uma forte empatia foi estabelecida com a arte rupestre, a sua paisagem envolvente e outros pontos de interesse patrimonial.

3.7.1. O Côa na escola

O projecto *O Côa na Escola* pretende reforçar a relação entre os jovens locais e o Parque, ao organizar visitas escolares regulares aos sítios de arte rupestre e outros locais de interesse pedagógico. Estas visitas têm muitas vezes uma natureza temática, abrangendo conteúdos como o Património, Arqueologia, Biologia ou Geologia locais, para além da arte rupestre propriamente dita. Além da equipa do Parque, profissionais de outras instituições, como sejam as autarquias ou ONG locais, participam nestas visitas, explanando aos estudantes os ecossistemas existentes ou os pontos geológicos notáveis presentes na paisagem. As novas experiências de visita descritas em 3.8 estão também disponíveis para o público escolar.

3.7.2. Actividades nas férias escolares

O Parque, em colaboração com as instituições educativas locais, criou uma série de actividades destinadas não só a ocupar os tempos livres dos alunos durante as férias escolares, mas também a envolvê-los pedagógica e ludicamente com o Património de arte rupestre e seu contexto natural. Estas actividades, que decorrem nos sítios de arte rupestre, na sede do PAVC em Vila Nova de Foz Côa e no Centro de Recepção do Parque na aldeia de Castelo Melhor, incluem jogos e experiências educativas, pintura, canoagem ou *peddy-papers*, além das oficinas educativas descritas em 3.7.3 ou das visitas mencionadas em 3.8.

↑ Figura 5

Início da visita “No Trilho dos Caçadores Paleolíticos”, de onde é possível observar, no fundo do vale e na margem esquerda do Côa, a faixa arenosa junto à qual foi descoberto e escavado o sítio de *habitat* do Salto do Boi, também conhecido por Cardina (ZILHÃO et al. 1995).

¹⁶ Ver também este artigo, para mais informações acerca dos serviços educativos do PAVC.

3.7.3. Oficinas educativas

Embora tenham sido desenvolvidas tendo em mente um público escolar, as oficinas educativas estão disponíveis, mediante pedido prévio, a todos os visitantes do PAVC que se constituam em grupo. De qualquer modo, as actividades das oficinas educativas foram criadas tendo em consideração a idade e o grau de ensino das escolas que visitam o Parque, assim como diferentes perfis de visitantes. A oficina educativa com mais sucesso junto do público escolar, bem como do público em geral, é o *ateliê* de arqueologia experimental. Este *ateliê*, idealizado para mostrar o modo de vida dos nossos antepassados do Paleolítico Superior de uma forma vibrante e interactiva, compreende actividades como pintura, gravura ou a recriação de actividades quotidianas pré-históricas, tais como a caça ou a produção de utensílios (ver Figs. 6 e 7).

3.7.4. Outras actividades para escolas

Para além das oficinas educativas, que estão disponíveis para todas as escolas que visitam o Parque, foi criada uma folha de actividades que ajuda os professores a preparar previamente a visita aos sítios de arte rupestre. Esta folha de actividades, que pode ser descarregada no sítio do PAVC na Internet, foi concebida para diferentes graus de ensino, incluindo não só actividades directamente ligadas a disciplinas mais próximas da História (como a Arqueologia ou a Geografia), mas também relacionadas com a Biologia, Geologia, Estudos Artísticos, etc.

3.8. Alargamento da oferta do parque

O aumento e qualificação da oferta do Parque aos visitantes que demandam a região, embora não tendo como intenção expressa o reforço dos laços com a comunidade local, também desempenhou um papel importante na mudança de atitude da população relativamente ao PAVC. Entre as novas experiências de visita que foram implementadas, destacamos a visita nocturna ao sítio de arte rupestre da Penascosa, ou aquela que segue o trilho dos caçadores paleolíticos por entre os seus sítios de *habitat* já identificados, complementada pela realização do *ateliê* de arqueologia experimental (Figs. 5 a 7). Devemos ainda mencionar que estão em fase final de preparação vários roteiros de visita a diferentes valores patrimoniais da região, nos domínios da Geologia, paisagem, Património construído, cultura popular, sítios arqueológicos, etc. O intuito é de proporcionar aos visitantes percursos complementares de visita que, seguindo os roteiros, possam ser autónoma e facilmente percorridos.

Conclusão

A última década testemunhou uma mudança importante na relação entre o Parque e a comunidade local. O PAVC e praticamente todos os actores locais envolvidos, directa ou indirectamente, na gestão, conservação e apresentação pública da arte rupestre do Côa, e a maioria da população local evoluíram em conjunto. Todos tentaram encontrar pontos em comum acerca do futuro partilhado da região, tentando assim ultrapassar os conflitos mais problemáticos que subsistiam. Estamos em crer que a atitude recente do PAVC, aqui descrita, juntamente com uma maior compreensão e receptividade por parte da comunidade local, desempenharam um papel considerável nesta evolução. A comunidade e actores locais, ao aperceberem-se do esforço realizado pelo Parque na captação de mais visitantes, sempre dentro duma perspectiva preservacionista dos valores patrimoniais, reagiram muito favoravelmente ao aumento da oferta. O Parque é agora visto como uma instituição que procura activamente ampliar o número de visitantes, não só ao criar experiências de visita complementares, como também ao estar na génese do Museu do Côa que, como vimos, está já na fase final de construção e se espera que atraia mais turistas à região. O PAVC afirma-se aos olhos da população local como um parceiro indispensável na realização de um objectivo comum: desenvolver de forma equilibrada a oferta turística global de uma região que tem na arte rupestre do Côa a sua maior, mas não exclusiva, atracção. Por outro lado, não é possível para o Parque existir isolado do contexto sócio-económico local e regional. No longo e médio prazo, o futuro sustentável da arte do Côa depende, em grande medida, do sucesso do esforço do PAVC na consolidação da sua ligação com a comunidade local e desta com as gravuras rupestres. O objectivo será o de reforçar o papel da população local, como parceira activa na gestão, preservação e conservação dos valores patrimoniais deste Vale, mas também como um actor essencial no desenvolvimento sustentável da região.

Esta última década demonstrou que o património do Vale do Côa faz parte da vida contemporânea, está “vivo”, não sendo apenas “rabiscos” sem ligação aparente com interesses comunitários concretos. Estes últimos anos demonstraram também que, fazendo uso de correctas estratégias comunicacionais, particularmente criadas tendo como alvo a população local, poderemos estar optimistas acerca de um maior comprometimento de toda a comunidade na protecção dos valores patrimoniais do Vale do Côa, nomeadamente no que concerne às gerações mais recentes.



Bibliografia

- AUBRY, Thierry (1998) – “Olga Grande 4: uma sequência do Paleolítico superior no planalto entre o Rio Côa e a Ribeira de Aguiar”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 1 (1).
- AUBRY, Thierry e SAMPAIO, Jorge (2008) – “Fariseu: new chronological evidence for open-air Palaeolithic art in the Côa valley (Portugal)”. *Antiquity*. 82 (316).
- BAPTISTA, António Martinho e FERNANDES, António Pedro Batarda (2007) – “Rock Art and the Côa Valley Archaeological Park: a case study in the preservation of Portugal’s Prehistoric parietal heritage”. In *Palaeolithic Cave Art at Creswell Crags in European Context*. Oxford: Oxford University Press.
- FERNANDES, António Pedro Batarda (2003) – “O Sistema de Visita e a Preservação da Arte Rupestre em Dois Sítios de Ar Livre do Nordeste Português: o Vale do Côa e Mazouco”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 6 (2).
- FERNANDES, António Pedro Batarda (2004) – “O Programa de Conservação do Parque Arqueológico do Vale do Côa: filosofia, objectivos e acções concretas”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 7 (1).
- FERNANDES, António Pedro Batarda (2005) – “Dinâmicas de Desenvolvimento Sustentado Fomentadas pela Criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa”. In *Conservar para Quê?* Porto e Coimbra: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto.
- FERNANDES, António Pedro Batarda e PINTO, Fernando Maia (2006) – “Changing Stakeholders and Community Attitudes in the Côa Valley, Portugal”. In *Of the Past, For the Future: integrating archaeology and conservation*. Los Angeles: Getty Conservation Institute.
- INE (2001) – *Censos 2001: resultados preliminares*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- LIMA, Aida Valadas de e REIS, Manuela (2001) – “O Culto Moderno dos Monumentos. Os públicos do Parque Arqueológico do Vale do Côa”. In *O Caso de Foz Côa: um laboratório de análise sociopolítica*. Lisboa: Edições 70.
- LIMA, Alexandra Sousa (2007) – “Parque Arqueológico do Vale do Côa. Visitas, ordenamento e desenvolvimento: o tempo e o número”. *Cóavisão*. 9.
- LUÍS, Luís (2000) – “Patrimoine Archéologique et Politique dans la Vallée du Côa au Portugal”. *Les Nouvelles de l’Archéologie*. 82 (4).
- LUÍS, Luís e GARCÍA DIEZ, Marcos (2008) – “Same Tradition, Different Views: the Côa Valley Rock Art and social identity”. In *Archaeologies of Art: time, place and identity*. Walnut Creek, CA: Left Coast Press.
- MARÇAL, António Joaquim (2004) – “Para Quando o Processo de Descolonização do Vale do Côa?”. *O Fozcoense*. Vila Nova de Foz Côa. 15 de Dezembro.
- MATOS, Helena (2008) – “Onde Estão os Defensores de Foz Côa?”. *Blasfémias*. 7 de Julho. <http://blasfemias.net/2008/07/07/onde-estao-os-defensores-de-foz-coa/> (consultado em 11-09-2008).
- MENDES, Marta (2008) – “Um Discurso Pedagógico para a Arte Rupestre do Vale do Côa: o processo de criação do serviço educativo”. *Turismo & Desenvolvimento*. 9.



↑ Figuras 6 e 7

SILVA, Aníbal Cavaco (2008) – *Intervenção do Presidente da República na Universidade de Coimbra*. 21 de Janeiro. <http://www.presidencia.pt/?idc=27&idi=12501&action=7> (consultado em 11-09-2008).

TAVARES, Miguel Sousa (2008) – “O Preço da Demagogia”. *O Expresso*. Lisboa. <http://aeiou.expresso.pt/gen.pl?p=stories&op=view&fokey=ex.stories/359180> (consultado em 11-09-2008).

UNESCO (1999) – *Report on the Twenty-Second Session of the World Heritage Commission*. Kyoto, Japan. 30 November - 5 December 1998. Paris: World Heritage Commission.

ZILHÃO, João (1998) – “The Rock Art of the Côa Valley, Portugal: significance, conservation and management”. *Conservation and Management of Archaeological Sites*. 2 (4).

ZILHÃO, João; AUBRY, Thierry; CARVALHO, António Faustino; ZAMBUJO, Gertrudes e ALMEIDA, Fernando (1995) – “O Sítio Arqueológico Paleolítico do Salto do Boi (Cardina, Santa Comba, Vila Nova de Foz Côa)”. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 35 (4).

Em cima, jovem estudante de Vila Nova de Foz Côa sentindo o peso e o quão aguçada seria uma lança paleolítica, no decurso dum Atelier de Arqueologia Experimental realizado no sítio de arte rupestre da Penascosa.

Mais abaixo, alunos da Escola Secundária de Vila Nova de Foz Côa trocando impressões sobre a melhor forma de arremessar uma lança no final da visita “No Trilho dos Caçadores Paleolíticos”, após a realização do Atelier de Arqueologia Experimental no planalto da Olga Grande, local onde vários sítios de *habitat* de cronologia Paleolítica foram escavados (ver, por exemplo, AUBRY 1998).